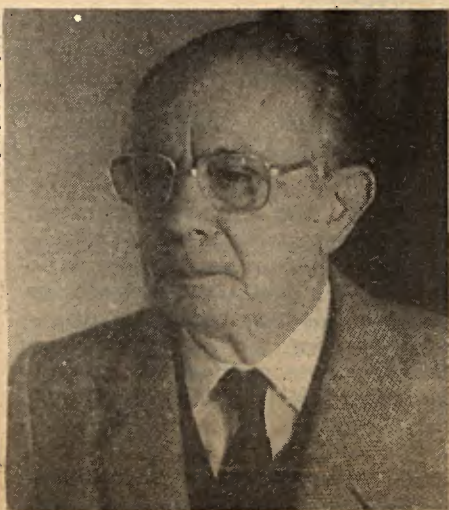




A Universidade na era da informática

Burocracia prejudica execução da pesquisa

"A administração das instituições de pesquisa é burocrática; obedece as mesmas normas das repartições, e isso é péssimo porque amarra as atividades do pesquisador". A afirmação é do professor Alberto Carvalho da Silva (foto), presidente do Conselho Técnico Administrativo da Fapesp. Em entrevista ao "Jornal da UNESP", ele propõe uma mudança no gerenciamento dos recursos — que deveriam ficar nas mãos do pesquisador — mas observa que é responsabilidade do docente encarar a produção científica como uma atividade profissional. "Às vezes o pesquisador não é tão produtivo quanto poderia ser", afirma. O professor Alberto fala ainda sobre as relações da comunidade científica com o go-



verno, particularmente no caso da Fapesp em São Paulo. (Págs. 6 e 7).

A universidade não pode mais prescindir do computador, com prejuízos no ensino, pesquisa e administração. Por isso, o reitor Jorge Nagle decidiu introduzir a UNESP na era da informática, o que está sendo feito através de um Plano Diretor com características dinâmicas e que visa implantar um sistema de computadores em todos os campi, dentro de aproximadamente um ano. Para realizar o trabalho foi constituída a Comissão Especial de Informática, a nível de assessoramento, que já percorreu todas as Unidades e definiu o dimensionamento dos pólos computacionais (sete Núcleos de Processamento de Dados, seis Unidades e dois Centros) segundo as demandas apresentadas. Em períodos regulares os pó-

los serão avaliados e já estão previstas duas expansões. A Comissão — integrada por seis docentes da UNESP — é presidida pelo professor Maximilian Emil Hehl, que já implantou sistemas de computadores em várias instituições, como Fapesp, Cesp e Comissão Nacional de Atividades Espaciais. Segundo ele, "a UNESP está começando um trabalho para que brevemente esteja equiparada às demais universidades paulistas na área de informática". O professor Maximilian se diz otimista mas observa que somente a compra de computadores não assegura o avanço necessário; "para isso — observa — a colaboração da parte do usuário é de fundamental importância". (Págs. 8 e 9)

Universidade e reforma agrária

A participação da Universidade na discussão e mesmo execução da Reforma Agrária enfrenta a tese de que uma instituição que monopoliza a apropriação do saber nada pode fazer num processo dessa natureza. Apesar de não se poder negar que a Universidade tenha deixado de explorar suas potencialidades em dar uma contribuição mais efetiva nesta questão, hoje, com a gravidade do

problema e com o posicionamento da Nova República, sua omissão torna-se não só prejudicial a própria instituição, mas ao processo como um todo. A intervenção da Universidade no circuito de sugestões e discussões envolvendo a operacionalização da reforma agrária é analisada nesta edição pela professora Vera Botta, do ILCSE — Araraquara. (Pág. 2).

Os novos cursos e suas implicações

Como crescer? Com quais critérios e em que direção?

Após dez anos de crescimento praticamente nulo, a UNESP começa a examinar sua expansão e o perfil de suas Faculdades e Institutos. O momento é de adotar uma política que dirija as transformações que se fazem indispensáveis, evite o provincianismo e o crescimento desordena-

do e ajude a fortalecer o ensino superior público e gratuito no Estado de São Paulo.

Procurando fornecer subsídios para a discussão que se inicia nos órgãos superiores da Universidade, o reitor Jorge Nagle apresenta, nas páginas 3 e 4, algumas sugestões para o exame da criação de novos cursos na UNESP.



MUSEU DO CAFÉ

Com seus prédios e máquinas antigas, a FCA poderá criar um museu vivo do café. (Pg. 10)

Cursos de Pós em avaliação

A Capes avaliou no mês passado onze cursos de pós-graduação da UNESP, através de entrevistas junto aos coordenadores das áreas de concentração. Estes cursos são qualificados de "C" ou mesmo ainda sem conceito, mas com possibilidade de consolidação, caso recebam recursos. É a mesma situação de outros 170 cursos que também estão sendo avaliados pela Instituição, e 130 deles serão contemplados ainda este ano. Veja também, na página 12, um quadro com todos os cursos de pós-graduação da Universidade e a respectiva avaliação da Capes.

Humanidades, o 1º Simpósio

A série de seis simpósios em que será discutida a produção científica da UNESP começa neste mês, em Marília, com o encontro dos docentes de Ciências Humanas. A comissão encarregada da organização do evento observa que "ao invés da reunião em separado de cientistas da mesma área, o Simpósio definirá a dinâmica básica de seu funcionamento a partir do encontro de profissionais ligados às diferentes sub-áreas das Ciências Humanas para, sob perspectivas diferenciadas, discutirem temas comuns a seus respectivos campos do conhecimento". (Pág. 5)

Sartre, inédito, em edição comemorativa



Um texto inédito de Sartre será publicado agora em comemoração ao 10º aniversário da UNESP. "A Conferência de Araraquara" (1960), sai neste mês, em co-edição com a "Paz e Terra". (Pág. 11)

Universidade e Reforma Agrária: omissão / participação — falso dilema

VERA BOTTA

Após um período de amortecimento, em que projetos foram arquivados e substituídos por propostas de colonização, o tema da reforma agrária volta à ordem-do-dia. Hoje, aliás, pode-se dizer que está plenamente reconhecida a gravidade da questão agrária no Brasil, fato que se confirma pela intensa discussão que em torno dela travam as organizações sindicais, o Congresso Nacional, as comunidades eclesiais e diversas entidades da sociedade civil.

Desta discussão não são protagonistas unicamente os agentes que defendem a necessidade da reestruturação da propriedade fundiária. Há, por parte das forças anti-reformistas, nacionalmente articuladas, a clara intenção de envolver o plano de reforma agrária numa série de equívocos e deformações, como se tal plano, invadindo um terreno proibido, fosse o único elemento gerador do acirramento da violência no campo. Neste quadro, impõe-se uma séria reflexão sobre o papel da Universidade. Afinal, não se pode negar que a nossa vida universitária tem deixado de explorar suas potencialidades de dar uma contribuição mais efetiva à retomada da proposta de realização de uma reforma agrária no país.

Para iniciar tal reflexão, gostaria de estabelecer que não me parece a melhor posição engrossar o círculo daqueles que, defendendo-se da omissão, limitam a relação Universidade/Reforma Agrária ao campo das competências e/ou atribuições legais, reforçando a tese de que uma instituição que monopoliza a apropriação do saber nada pode fazer num processo dessa natureza, carregado de política, tensões e conflitos. Por outro lado, não basta pensar idilicamente nesta relação, como se a correlação de forças, os pactos políticos e os interesses de classe envolvidos nas decisões de reforma agrária pudessem ser alterados com uma mera inversão da postura da Universidade.

A necessidade de produzir um conhecimento a respeito da reforma agrária, relacionando-a à história das lutas que se travam no campo e à estrutura de poder subjacente à política fundiária concentracionista, tem sido enfrentada recentemente pelo pensamento brasileiro. Os termos desta complexa questão apareciam muitas vezes invertidos. Há que se apontar para o fato de que, no estudo do processo político brasileiro, privilegiava-se genericamente a ótica das classes e dos grupos sociais urbanos. A reforma agrária era discutida como questão de Estado, sendo desprezada a intervenção das lutas agrárias neste proces-

so, como se os trabalhadores rurais tivessem um limite de ação previamente determinado por parâmetros alheios à própria realidade por eles vivenciada, ou como se sua movimentação fosse produto de tensões e conflitos típicos das regiões menos desenvolvidas do país. Aceito este falacioso raciocínio, o moderno Estado de São Paulo estaria praticamente imune à polarização reforma x contra-reforma agrária. Raciocínio aliás desmentido não só pela resistência organizada dos empresários paulistas à idéia mesma de reforma agrária, como pelos numerosos conflitos envolvendo a posse da terra e pelas sucessivas greves de "bóias-frias", intensificadas a partir de 1984.

É tarefa da Universidade recuperar tais elementos de nossa história, divulgá-los e discuti-los com as próprias organizações sindicais e outras instituições atuantes no curso dos movimentos sociais agrários. Do mesmo modo, faz-se necessário mostrar como, entre os expedientes utilizados para bloquear a reforma agrária, têm sido empregados mecanismos — colonização das terras virgens, discriminação das terras devolutas, titulação de posse e outros instrumentos de ocupação de territórios — que não permitem que se avance um passo sequer na possibilidade de desapropriação por interesse social.

Para dar sua contribuição, por exemplo, a Universidade poderia começar a divulgar mais amplamente, entre outras coisas, que a aglutinação de minifúndios é tecnicamente inviável, que a proposição de um programa deste tipo na primeira fase da reforma agrária pode deixar o latifúndio intocável por longo tempo, e que o próprio parcelamento das terras — dissociado de outras medidas — pode ser um fator bloqueador de possíveis mudanças na estrutura agrária. A análise do fluxograma previsto para o processo de desapropriação, reveladora de quanto e como pode a burocratização ser um fértil anestésico, deve ser empreendida pela Universidade, desde que assuma como posição de princípio que não é abusando de uma terminologia técnica, especializada e sofisticada, que se vai contribuir para que a discussão avance junto à comunidade e à sociedade civil. É igualmente importante traçar os limites entre o existente, o politicamente viável e o inviável, discernindo os passos dados pelo Estado brasileiro nos arranjos e rearranjos relacionados à proposta de reforma agrária. E, assim, eliminando as diversas armadilhas acionadas pelos anti-reformistas.

Em outro nível, pode-se afirmar que a intervenção da Universidade no circuito de sugestões e discussões envolvendo a operacionalização da reforma agrária

não é privilégio da Nova República. A título de exemplo, podemos lembrar que em 1964, num momento em que a reforma ganhava contornos nacionais e a mobilização no campo ameaçava transgredir o "sagrado" direito de propriedade, havia, dentre os planos a serem examinados por seus órgãos executivos, um de autoria de Wilson Cantone, então professor da FFCL de Rio Preto, hoje Instituto de Bio-Ciências, Letras e Ciências Exatas da Unesp. Vinte anos depois, sob as marcas nem sempre coerentes da Nova República, a participação da Universidade se deu através da presença de especialistas universitários, em questão agrária, convidados a integrar comissões de redação do I Plano Nacional de Reforma Agrária. A opinião destes especialistas, no entanto, parece ter pesado pouco no desenrolar deste processo contraditório.

Tais liames entre Estado e Universidade são reatados no momento em que o INCRA convida estudiosos para discutir os planos regionais aprovados. No caso de São Paulo, a discussão tem sido centrada na questão dos assentamentos, na avaliação dos saldos e preços políticos acumulados nesta retomada das diretrizes da reforma agrária. Tem-se limitado, até o momento, a uma sondagem de posições, de lado a lado, e a reflexões sobre as conseqüências da falta de um melhor planejamento por parte do Estado; reafirma-se a necessidade de inserção da Universidade no acompanhamento dos planos regionais e no trabalho político de contestação do estigma de ineficiência e baixa produtividade das unidades produtivas menores, freqüentemente empregado pelas forças anti-reformistas para combater o processo de reorientação da política fundiária brasileira.

Essa inserção, que se pretende progressiva, exige além de um aprimoramento na formação dos técnicos agrícolas, uma reciclagem dos atuais, de modo a capacitá-los para desempenhar as funções previstas nos planos regionais pela administração pública.

Nos dois casos há que se garantir que o dilema apontado no anti-projeto — "ou a administração pública substitui-se à consciência dos próprios trabalhadores e define unilateralmente a forma de transferência das terras ou delega essa definição aos beneficiários" — não seja resolvido pelos técnicos de modo a anular o exercício do direito dos trabalhadores rurais, exercício esse que fica sensivelmente prejudicado sem um trabalho de organização. O impasse colocado às escolas de ensino agrícola não deve ser resolvido em favor da manipulação da ação e consciência alheias.

Cresce, portanto, a responsabilidade da Universidade. A possibilidade dela

contar com um representante na composição das Comissões Agrárias, órgão ainda pouco destrinchado mas que deverá pesar nas decisões de desapropriação e seleção dos beneficiários, é bem uma medida de que a Universidade, por força da própria lei que lhe confere tal participação, tem um papel político a desempenhar. Não basta utilizar conceitualmente teses sobre a transformação e a formação da consciência crítica. Impõe-se rediscuti-los no próprio fazer, por mais contraditório que seja o movimento de ação.

Resta dizer algo a respeito da posição da Universidade face aos projetos de assentamento, programas isolados de Reforma Agrária, de difícil e complexa execução. Se a administração de um espaço coletivo, a construção da identidade dos grupos, as dificuldades advindas da redefinição que passam a ter terra e trabalho na consciência dos trabalhadores rurais são problemas desafiadores, cabe pensar na outra faceta deste embrião.

Há vazios de assistência técnica. Exige-se maior atenção no trabalho de atender, ainda que provisoriamente, às necessidades de implantação dos projetos de assentamento.

Aparecem, em casos concretos de alguns projetos, as conseqüências de não se poder contar com uma política definida do Estado na ingerência de recursos; ainda que a direção da reforma agrária, nos termos propostos pelo Estado Brasileiro, seja claramente capitalista, compromete-se sua viabilidade com a ausência de capital.

Face a este quadro de carências, que pode muito bem ser utilizado ideologicamente pelas forças anti-reformistas para provar o "fracasso" de qualquer reforma agrária, exige-se que a intervenção da Universidade nos projetos de assentamento seja menos descontínua, sem ser superestimada a ponto de esperar-se da mesma soluções mágicas para os problemas infra-estruturais que estão efetivamente ocorrendo.

Se há possibilidade desta atuação ser agilizada na esfera técnica, no próprio acompanhamento econômico dos assentamentos, abre-se a perspectiva da Universidade, no terreno da educação, da saúde, assistência médica, odontológica e farmacêutica, transformar o seu passado acumulado de monopólio de um saber estilhaçado em um fazer, cujo trabalho de semear, se bem realizado, poderá gerar bons frutos.

A autora é docente do ILCSE — Araraquara, onde coordena o curso de pós-graduação em Sociologia Rural e Urbana.

unesp

Órgão da Reitoria da UNESP — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores: Roberto Holland, Lourival Larini, Carlos Landucci, Nilo Odália, Waldemar Saffioti, Fernando Manuel de Mendonça, Ricardo Antônio de Arruda Veiga, William Saad Hossne, Waldir Gandolfi, Neivo Luiz Zorzetto, Antonio Quelce Salgado, Antonio Gilberto F. Fernandes, Fernando Mesquita Lara, Wanderley José de Melo, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antonio Christofolletti, Sylvio Simões, Marcos Alegre, Hermione Bicudo, Alfredo João Rabaçal, José Ruy Ribeiro.

Representantes Docentes: José Maria Menezes Campos, Percy Sampaio Camargo, Manuel Molina Ortega, Ivaldo Melito, José Guimarães Mello, Hamilton da Rosa Ferreira, Antônio Meresi.

Representantes Discentes: Domingos Carneseca Neto, Eunice Maria Maziero, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, João de Castilho Cação, Francis Werner Raimundo Staduto,

Paulo Duarte Leite Prigenzi, Sandra Maria Ferreira, Bento Guerreiro Júnior.
Representante técnico-administrativo: Nivaldo Edson de Mello.

FAESP: Misael De Túlio
FIESP: Carlos Eduardo Uchoa
FCESP: Abram Szajman

Este jornal é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura da Reitoria da UNESP. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar — 01001 — São Paulo. Telefones: (011) 32-7171 (ramais: 184 e 186), 32-7755, 32-7757. **Sector de Comunicação:** José Roberto Ferreira (editor — MT 17.039) e Adriana Machado (MT 16.837) **Sector de Cultura:** Plínio Silva Telles.

Arte: Celso Pupo.
Tiragem: 15.500

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida desde que citada a fonte.
Composição e impressão: Cia. Editora Joruês. Rua Artur de Azevedo, 1977 (Pinheiros), São Paulo.

A expansão e o desenvolvimento da UNESP: a propósito da criação de novos cursos

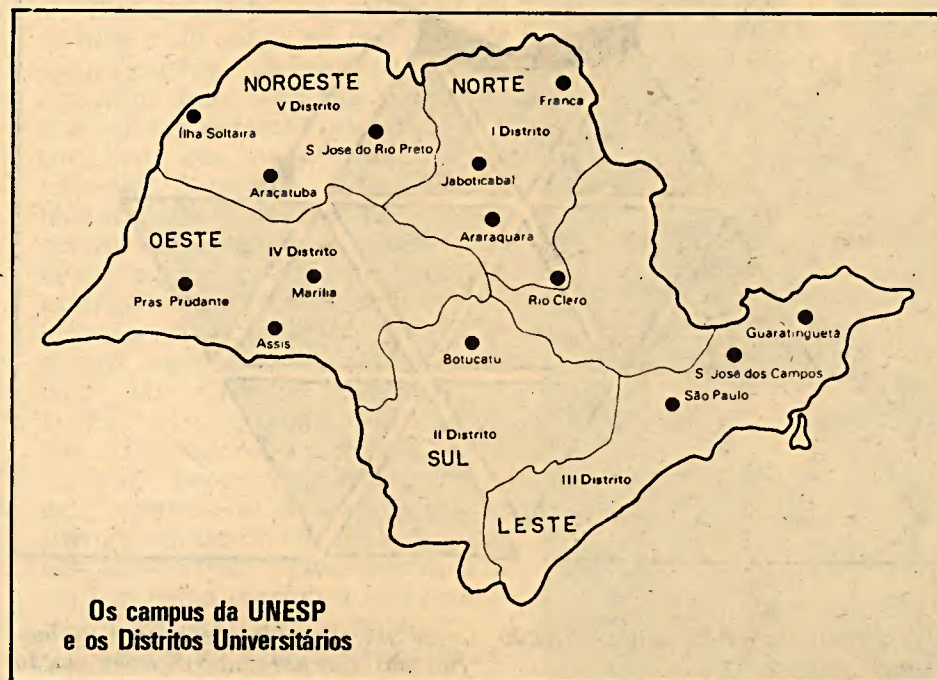
Unidades universitárias — Faculdades e Institutos — da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) estão presentes em diversas regiões administrativas do Estado. Há muito tempo, porém, o seu crescimento é praticamente nulo. Pode-se, mesmo, afirmar que o número dos cursos de graduação dos antigos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado conservaram-se, sem substanciais alterações, com a instituição da UNESP, em 1976.

Ocorre que um dos motivos que justificaram a criação dos Institutos Isolados, no final da década de 50, foi o da desconcentração do ensino superior, público e gratuito, da Capital. E a consequência mais visível dessa tomada de posição consistia em proporcionar oportunidades de ingresso na escola superior, ao nível local e regional, da população de jovens do interior paulista. O que significou e significa abertura de sentido democratizador, tão necessária ao Estado que vinha e vem crescendo de modo acelerado. Além de responder a uma necessidade cultural, em sentido amplo, a criação de unidades de ensino superior, públicas e gratuitas, no interior do Estado respondia, também à necessidade de formação de profissionais qualificados em número cada vez maior.

Os motivos mencionados permanecem válidos ainda hoje. Se tal perspectiva ainda é aceita, então é preciso prosseguir no processo de crescimento e desenvolvimento da UNESP. Sem omitir as indispensáveis articulações com a USP e a UNICAMP — um dos objetivos do recém-criado Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo —, deve-se avançar nessa política de ensino para o 3º grau. A UNESP tem posição potencialmente privilegiada pelo fato de estar distribuída em vários pontos do interior paulista. Para efetivar o que já existe como potencialidade de crescimento e desenvolvimento, é importante pensar, desde já, em algumas diretrizes de possível plano de expansão; plano esse que também deverá contribuir para a concreta expressão de uma política educacional para o Estado, ao nível do 3º grau e, assim, cooperar para a implantação de verdadeiro e sólido subsistema de ensino superior, universitário.

Pelo menos nos campus já existentes (14), com unidades universitárias (21) distribuídas por diferentes regiões do Estado, a UNESP possui estrutura física e administrativa em condições mínimas de dar conta da instalação de novos cursos de graduação. Isso significa que, comparativamente, os gastos do Governo do Estado, para esse fim, são pequenos.

Duas situações precisam ser pensadas, no caso. A primeira refere-se à instalação de novos cursos, enquanto desdobramento dos já existentes. Seriam aqueles que implicam até o aproveitamento do corpo docente, por serem curso da mesma grande área já em



funcionamento. Necessitam, portanto, de pequeno reestudo para a utilização dos prédios e de alguma reformulação na estrutura administrativa; nos primeiros anos, talvez de quantidade pequena de novos docentes. A segunda relaciona-se à instalação de novos cursos de área diferente da implantada. A quantidade de docentes a serem contratados seria maior que na situação anterior; continuaria, no entanto, a contar com as estruturas físicas e administrativas já instaladas.

Esta segunda situação apresenta algumas vantagens de natureza acadêmica e social. Social porque, ao diversificar as áreas, aumenta o leque de opções da população potencial de jovens; acadêmica porque, a médio prazo, resulta no desenvolvimento de núcleos universitários nas regiões do Estado. Entretanto, é oportuno lembrar que qualquer política de curto prazo, e nas condições presentes, deve contemplar certo equilíbrio entre as duas situações, no conjunto da UNESP, para evitar custos elevados.

E não se deve passar em silêncio a possibilidade de criação de novos campus.

Embora os atuais possam ser considerados pólos de coordenação para orientar o crescimento e o desenvolvimento da UNESP, outros pontos do interior do Estado devem ser contemplados. Trata-se, no caso, de preencher claros existentes nas diversas regiões,

**"Pretende-se compensar
umas regiões em
relação a outras"**

isto é, nas que se encontram, hoje, pouco ou nada atendidas. No primeiro caso, é a situação das regiões onde se localizam Araçatuba, São José dos Campos e Guaratinguetá; no segundo, encontram-se as regiões onde se locali-

zam São José do Rio Pardo, a Grande São Paulo — exceto a Capital — e, principalmente, Santos.

Como se percebe, com a diretriz aqui apontada pretende-se compensar umas regiões em relação a outras, adotando-se o princípio da justiça social. Do ponto de vista acadêmico, nos novos campus deverão ser criados cursos com áreas diferentes das que existem nas unidades universitárias da UNESP que se encontram mais próximas deles. Do ponto de vista administrativo, poderão ser utilizadas as estruturas dos campus já existentes.

A partir das considerações feitas, é interessante apresentar alguns elementos sobre a idéia de núcleo universitário, indicada anteriormente. Se a idéia é importante para uma política de ensino superior público e gratuito do Estado, sem dúvida é mais significativa para a UNESP, universidade multicampus.

A idéia de núcleo universitário apareceu, de início, como contraponto à idéia de criação de universidades regionais, julgando-se que a adoção (ou reprodução) imediata de determinados modelos impede que o próprio dinamismo das unidades existentes contribua paulatinamente para se chegar ao que se pretende. Partindo dessa suposição, pensa-se como mais produtivo que cada unidade universitária da UNESP se esforce no sentido de definir o perfil da instituição que deseja ser, considerando-se sua história particular, sua vocação, porém, sem eliminar as variáveis "exteriores" que devem ser consideradas: de um lado, o quadro histórico-social mais amplo do Estado, de outro, o panorama global da UNESP. Isso porque não constitui boa política a de crescer desordenadamente, isto é, sem critérios muito claros e plenamente justificáveis; também, porque é preciso evitar o provincianismo ou as soluções associadas a interesses de pessoas ou de pequenos grupos, sem preocupação maior com a universidade. E não se deve esquecer que quaisquer compromís-

sos assumidos em determinado momento podem constituir-se, mais cedo, ou mais tarde, em empecilhos para o desenvolvimento de cada unidade e da própria universidade.

A mesma idéia de núcleo contém a advertência segundo a qual não tem sentido umas unidades se despreocuparem das demais. O desequilíbrio entre as unidades universitárias da UNESP é sempre prejudicial ao todo. Com base nesse raciocínio, e para que, no conjunto, haja, pelo menos, grau razoável de articulação, torna-se necessária certa harmonia (ou complementação) entre os projetos das diversas unidades, especialmente as mais próximas geograficamente.

De qualquer forma, projetos isolados padecem sempre de falhas porque não estão referenciados à totalidade das unidades, não apresentam ligações mais firmes com o plano global da universidade. Plano este que deverá definir os contornos, o dinamismo e também o futuro da organização universitária — organização que não admite seccionamentos, fragmentação, pois supõe articulação, inter-relacionamento, integração. Além disso, projetos com um mínimo de articulação permitem melhor distribuição e aproveitamento de recursos e, o que é também importante, facilitam a gradual transformação num projeto maior.

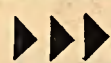
Finalmente, o desenvolvimento de cada unidade universitária, principalmente de grupos de unidades existentes, fornecerá elementos conclusivos para justificar a criação de novas unidades, numa mesma região, ampliando o raio de ação da UNESP. Por sua vez, a ampliação do raio de ação da UNESP no interior do Estado está a exigir alguns desdobramentos.

**"O Estado, sozinho,
não conseguirá
desenvolver o 3º grau"**

Assim, e sob a responsabilidade ou a intermediação da UNESP, precisa existir alguma forma de articulação com as Prefeituras de cada região administrativa do Estado e com o Governo do Estado.

Uma tal coordenação é absolutamente indispensável quando se deseja estabelecer uma política para o 3º grau, público e gratuito. E quando se aceita a hipótese de que, sozinho, o Estado não terá condições para, com a necessária urgência, desenvolver esse grau de ensino. O ensaio, mesmo tímido, dos Escritórios Regionais de Governo (ERGs), demonstra a viabilidade desse esforço conjunto. Ainda mais, a criação de escolas superiores municipais vem-se multiplicando sem maiores preocupações com o planejamento regional. Escolas que apresentam problemas das mais diferentes ordens, desde local de instalação, tipo de cursos esco-





A expansão e o desenvolvimento...

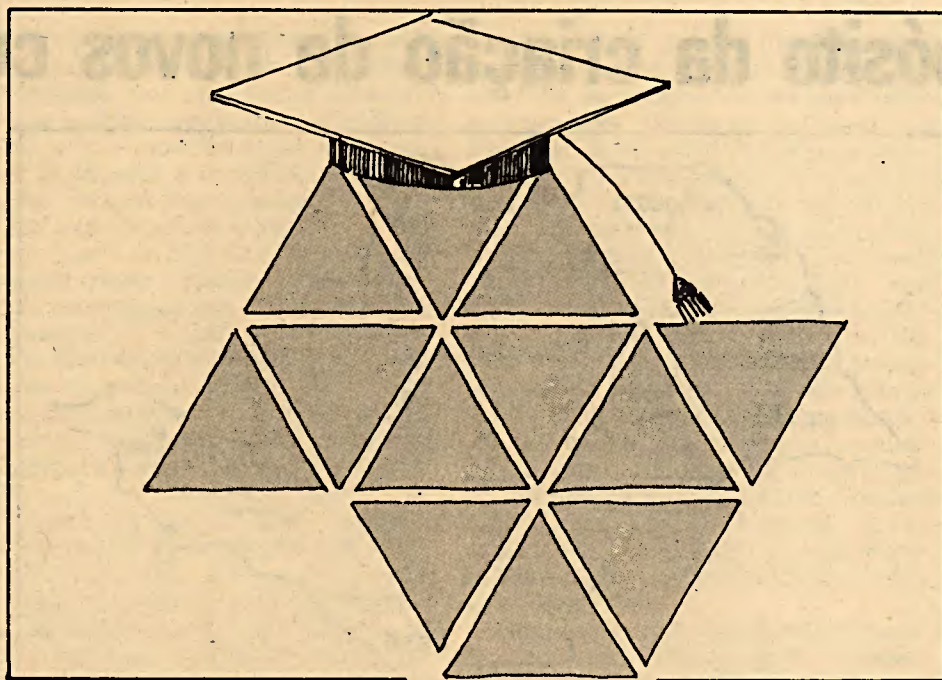
lhidos, até contratação de professores, flutuação da clientela escolar, gestão administrativa. Devido à distribuição das unidades universitárias da UNESP nas diversas regiões do Estado, pode-se pensar em algumas modalidades de contribuição; por exemplo, prestação de assessoria, planejamento de cursos de aperfeiçoamento de docentes, articulação com as próprias unidades universitárias da UNESP, cooperação no planejamento regional para a criação ou desenvolvimento das escolas superiores ou não. Também, não se pode descartar a possibilidade de contribuição da UNESP junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), órgão ao qual estão jurisdicionadas as escolas superiores municipais. E nem se deve afastar a intenção de auxiliar as Prefeituras tanto na aplicação das normas, bastante abertas do Tribunal de Contas do Estado, relativas à chamada Emenda Calmon, como no relacionamento com a Secretaria da Educação no sentido de desenvolver o 2.º grau, a pré-escola e a melhoria de qualidade de ensino do 1.º grau.

Estas últimas ponderações revelam todo um leque de possíveis atuações e que, igualmente, delimitam o quadro inabarcável da responsabilidade acadêmica e social da UNESP. Acolhe-se a concepção de que cada unidade universitária não pode mais limitar-se a si mesma, nem a universidade unicamente ao seu particular universo. Acima e além disso, estão os compromissos mais gerais que, nesta conjuntura, exigem dela contribuição para estimular o surgimento de sub-sistemas regionais de educação, contendo todos os graus e modalidades de escolas.

Como coordenadora ou como ponto de intermediação, cabe à UNESP inquietar-se com o pequeno crescimento das escolas de 2.º grau estaduais, do que derivam sérias consequências para o ensino superior. Não é difícil imaginar, por exemplo, as possíveis contribuições do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" para dar solução à questão. Da mesma forma, não é demais pensar-se nos trabalhos que podem ser realizados de comum acordo com a Secretaria da Educação a fim de encontrar modos de atuação, nas regiões administrativas do Estado, orientados para a criação e o assessoramento de pré-escolas e para a melhoria da qualidade do ensino de 1.º grau, incluindo, neste último caso, a maior permanência da criança na escola.

Estas são questões que vêm desafiando os poderes públicos. Como entidade pública, cabe também à UNESP concorrer para a solução deles. De qualquer forma, com os novos recursos provenientes da Emenda Calmon alguma coisa melhor e a mais pode ser feita pelas Prefeituras, cada uma por si, mais ainda, pelo conjunto das Prefeituras de cada região, na direção do estabelecimento de verdadeiros sub-sistemas regionais de educação — em lugar da quase exclusiva pressão para a instalação de novas faculdades.

Eni seguida às ponderações sobre a política da UNESP, a propósito da criação de novos cursos, é importante apontar alguns novos caminhos e algu-



mas especificações para a efetivação daquela política.

Inicialmente, é bom lembrar que não tem constituído boa medida a apresentação de propostas e de pressões com o objetivo de instalação imediata de novos cursos em determinados campus.

Esta é uma solução simples, para não dizer simplista. A proposta de novos cursos não exige apenas a montagem de um processo, no qual são aten-

"É importante apontar alguns novos caminhos"

tidas as normas legais existentes para cada caso. Deixando-se de lado a questão orçamentária e outras questões, a viabilidade da proposta tem que ser avaliada, especialmente, pela expectativa de existência de corpo docente qualificado, ponto nuclear para o desempenho produtivo no campo do ensino e da pesquisa. A UNESP não pode aventurar-se na criação de novos cursos sem possuir razoável grau de certeza sob esse aspecto.

Dependendo das características da unidade universitária, é preferível, à criação de novos cursos, aperfeiçoar os já em funcionamento. Ou, então, estimular a criação de "centros" ou órgãos que, com o tempo, possam justificar, na prática, o aparecimento do curso solicitado. Mesmo a instalação de Departamento para um possível curso deve seguir, preliminarmente, essa orientação — neste caso, a contratação de um bom grupo de professores transforma-se num evento fundamental para posterior desenvolvimento. Assim, determinada unidade universitária, em lugar de um curso novo, poderá montar um centro, sob a sua responsabilidade, ou sob a responsabilidade de outra unidade, com experiência comprovada no campo. Por exemplo, por que criar um curso de Pedagogia, em vez de criar, inicialmente, um grupo de estudos pedagógicos? Por que, em lugar de

criar um curso de Medicina Veterinária, não criar um grupo de inseminação artificial ou, então — exemplo diferente dos anteriores — um curso de 2.º grau de enfermagem veterinária?

Este último exemplo mostra virtualidades ou leque de opções que têm que ser levadas em conta. De um lado, porque pode atender, mais imediatamente, às necessidades regionais. De outro lado, porque forma certo tipo de profissional de que a própria UNESP está precisando, como está precisando, para as diversas áreas do ensino e da pesquisa, dos mais diferentes profissionais de nível médio, como técnicos e auxiliares. O exemplo do grupo de estudos pedagógicos torna-se tão mais importante quando se pensa que, na UNESP, não existe, ainda, um órgão para tratar sistematicamente — o que é imperdoável — do ensino de 1.º e 2.º graus do Estado. A criação de um centro com essa finalidade é medida inadiável por dever acadêmico e social. E nem se pode dizer que a ausência de tal Centro de Ensino está sendo compensada pelos programas de reciclagem de docentes que a UNESP vem realizando na rede de escolas de 1.º e 2.º graus.

De qualquer modo, as sugestões aqui apresentadas partem de suposição que decorre de princípio fundamental. Trata-se do princípio segundo o qual, ao planejamento propriamente dito, deve anteceder a criação de condições que lhe sejam favoráveis. O êxito da técnica de planejamento depende da eliminação prévia de possíveis variáveis perturbadoras bem como da construção de situações que permitam, sem maiores embaraços, a plena execução do que foi planejado. Por isso mesmo, têm sido consideradas como oportunistas, apressadas e, também, levianas quaisquer tentativas de levar a efeito determinado planejamento sem que se tenha cumprido essa etapa anterior e essencial.

Não restam maiores dúvidas, contudo, de que a UNESP deve criar, imediatamente, curso sobre Computação. Além de estar ausente dos cursos em funcionamento, o novo curso proporcionará inegáveis resultados positivos.

Em primeiro lugar, atende à demanda efetiva bem como às necessidades da sociedade em geral. Em segundo lugar, atende às próprias exigências da Universidade, no campo do ensino e da pesquisa, além das necessidades de ordem administrativa. Neste segundo caso, será reforço importante aos desdobramentos do "Plano de Informática", já entregue pela Comissão encarregada de elaborá-lo. Também, não resta dúvida quanto à criação de curso de Administração, por motivos muito próximos aos apontados para o de Computação. Apenas que, nesta conjuntura, é essencial definir qual

"A UNESP deve criar, imediatamente, curso sobre computação"

perfil terá. Há sugestão interessante no sentido de que se oriente para a Administração Pública, mais ainda, dirigida para questões municipais — o que se harmoniza com certas linhas da política da UNESP, apresentadas anteriormente. Neste último exemplo, em especial, será desejável e mesmo indispensável que se possa, antecipadamente, contar com a colaboração de instituições com boa tradição na área.

Pode-se pensar, igualmente, na importância que terá o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" no estudo e na programação de novos cursos no campo tecnológico. Além de atender a uma das características mais marcantes do quadro econômico-social do Estado, as escolas de tecnologia constituem elemento enriquecedor de qualquer universidade moderna. Paralelamente a esse motivo, existem outros que justificam o encaminhamento sugerido. Com efeito, se a política de expansão e de desenvolvimento da UNESP está referida a contexto mais abrangente que o seu próprio, então cabe a ela, também, instigar os poderes públicos no sentido de desencadear mecanismos para a difusão dos estudos de tecnologia, atualmente quase inexistente no conjunto da educação pública, gratuita. E por conjunto deve-se entender tanto as escolas do 3.º grau, como as de 1.º e 2.º graus, porque começa a ser injustificável a presença da tecnologia apenas em sua associação com determinados campos do conhecimento.

Estas são algumas sugestões para o exame da criação de novos cursos na UNESP. São sugestões para os órgãos superiores da universidade, neste momento em que formulam critérios para decidir sobre os pedidos encaminhados por diversas unidades universitárias. O que se pretende, basicamente, é subsidiar a discussão, bem como contribuir para que o resultado alcançado apresente as mais sólidas justificativas. Pretende-se, também, combinar o processo de criação de novos cursos com uma política de atuação da UNESP que se comprometa com uma vontade maior de prestar relevante serviço público ao crescimento e ao desenvolvimento da escola pública e gratuita no Estado de São Paulo.

Ciências Humanas abrem série de simpósios

O primeiro dos seis simpósios que servirão para avaliar e discutir a produção científica na UNESP será realizado entre os dias 27 e 30, no campus de Marília, quando estarão reunidos docentes e pós-graduandos na área de **Ciências Humanas** de quase todas unidades. O objetivo é promover a comunicação entre os participantes e seus grupos de pesquisa; para efeito de organização, o simpósio inclui as sub-áreas de Ciências Sociais, Direito, Economia, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Serviço Social e Biblioteconomia.

O simpósio seguinte — “Ciências Exatas e Tecnologia” — será realizado de 17 a 19 de setembro, no campus de São José do Rio Preto.

Sobre o encontro dos docentes de Humanas, a comissão organizadora do Simpósio elaborou o seguinte texto para o “Jornal da UNESP”:

“A característica mais evidente da Universidade brasileira hoje é a fragmentação do conhecimento nos seus diversos graus de ensino e na pesquisa, nos níveis da carreira universitária e nos cargos administrativos e docentes. A reunificação do dividido, quando ocorre, obedece a critérios estritamente relacionados com rendimento e eficácia. O modelo de universidade fragmentada e de ciência dividida não é casual, pois faz com a

cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcela as atividades e atomiza os campos de conhecimento para impedir a emergência do pensamento.

“Esta avaliação da produção da cultura e do saber na universidade contemporânea determinou que os trabalhos deste Simpósio se definissem por um caminho inverso ao dos encontros que os profissionais de Ciências Humanas habitualmente realizam. Ao invés da reunião em separado de cientistas da mesma área de conhecimento, o Simpósio definirá a dinâmica básica de seu funcionamento a partir do encontro de profissionais ligados às diferentes sub-áreas das Ciências Humanas na UNESP. Assim, economistas, filósofos, historiadores, educadores, psicólogos, geógrafos, antropólogos etc., reunir-se-ão durante os quatro dias de realização do evento, para, sob perspectivas diferenciadas, discutirem temas comuns a seus respectivos campos de conhecimento.

“Ao tentar a superação das limitações impostas pela especialização do saber, o Simpósio de Ciências Humanas da UNESP tem por objetivo, então, questionar o caráter, em grande parte instrumental e petrificado do saber e da cultura produzidos na Universidade brasileira, explorando a “tensão” do diálogo a ser estabelecido entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento”.

Novos cursos na FEG e no IAP; mais vagas na FCA

O Conselho Universitário autorizou, em sua última sessão, a abertura de novos cursos na UNESP, que serão incluídos já no próximo vestibular. A medida vai ao encontro da política da atual Reitoria, no sentido da ampliação do ensino superior público e gratuito.

Na área de Ciências Exatas, foi criado o curso de Engenharia Elétrica, junto à Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (FEG). Serão oferecidas trinta vagas no primeiro ano e, segundo a diretoria da FEG, o novo curso atenderá às necessidades do mercado de trabalho na região, carente atualmente de recursos humanos em vários setores da Engenharia Elétrica. Nessa escola já existem os cursos de Engenharia Mecânica e Civil, a nível de graduação; na pós-graduação, “Transmissão e Conversão de Energia”

e “Projetos e Materiais”, ambos em nível de mestrado e doutorado.

Na área de Artes, foi criado o curso de Canto, no Instituto de Artes do Planalto — IAP —, de São Paulo. Com oferecimento de cinco vagas no primeiro ano, o novo curso dará ao formando a graduação de bacharel em Música, cujas habilitações já oferecidas pelo IAP são Composição e Regência e Instrumento (piano, percussão, violino e clarineta).

Assim, o número de cursos de graduação na UNESP sobe para 75.

AGRONOMIA: MAIS VAGAS

A pedido da direção da Faculdade de Ciências Agrônomas de Botucatu, o C.O. autorizou a ampliação de cinquenta para oitenta o número de vagas no curso de Agronomia.

Mudanças na estrutura da disciplina EPB

Os coordenadores da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) deixaram de ser professores contratados diretamente pela diretoria do campus e sem nível de pós-graduação. A decisão é do Conselho Universitário e foi colocada em prática no final do semestre passado.

A coordenação do curso — tanto de graduação como de pós-graduação —

cabe agora a um docente dos quadros regulares da Universidade (escolhido pela Congregação) e com o título mínimo de doutor. A programação da disciplina passa a ser desenvolvida através de palestras, conferências, debates, seminários etc, com a participação de docentes do próprio campus e de especialistas convidados.



As instalações da sala do C.O. estão sendo adaptadas para abrigar a ampliação.

Professores e funcionários elegem novos membros para o C. Universitário

As eleições para representantes dos segmentos docente e técnico-administrativo no Conselho Universitário estão com data marcada, atendendo deliberação do próprio colegiado visando a sua ampliação.

As inscrições dos candidatos à representação docente devem ser feitas de 11 a 15 de agosto, nas unidades, e as eleições serão no dia 28, também nas unidades. Para os funcionários, as inscrições serão de 25 a 29, na Secretaria Geral, e as eleições no dia 10 de setembro, em todas as unidades e na Reitoria.

Com a ampliação, o corpo docente, que atualmente conta com sete representantes (três titulares e mais um docente pelas demais categorias), passará a ter um representante de cada categoria por Distrito Universitário, o que totalizará

25 membros. O mandato dos atuais representantes será respeitado; assim, haverá eleições nos Distritos para as seguintes categorias: Distrito Norte (Franca, Jaboticabal e Araraquara) — assistente doutor, assistente e auxiliar de ensino; Leste (São Paulo, São José dos Campos e Guaratinguetá) — adjunto, assistente doutor, assistente e auxiliar de ensino; Oeste (Prudente, Assis e Marília) — titular, adjunto, assistente doutor, assistente e auxiliar de ensino; Noroeste (Ilha Solteira, Rio Preto e Araçatuba) — adjunto, assistente e auxiliar de ensino; Sul (Botucatu) — titular, adjunto, assistente doutor e auxiliar de ensino.

A representação dos funcionários passará de um membro para onze. Como o mandato do atual representante será respeitado, as eleições vão indicar dez novos membros.

Universidade recicla professores da Rede

A UNESP, de julho passado até fevereiro do próximo ano, irá realizar 236 cursos para o aperfeiçoamento e atualização dos professores e especialistas do ensino de 1º e 2º graus. Estes cursos fazem parte do convênio firmado entre a CENP — Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas e as universidades estaduais. Eles são ministrados em dezenas de cidades do Interior, com a participação de 17 das 21 unidades.

Desde o início da realização destes convênios, em 1975, é a UNESP que mais tem podido atender ao programa, por causa de sua distribuição geográfica e pela disponibilidade das várias unidades em atuar em quase todas as áreas do conhecimento.

No mês de julho foram ministrados 116 cursos, em História, Educação Artística, Ciências, Física, Língua Portuguesa, Biologia, Matemática, Geogra-

fia, Química e Educação. Cada curso custa para a CENP Cz\$ 30.000,00, que são repassados como bolsa de estudos para professores-alunos, para os docentes da UNESP que ministram os cursos, coordenadores, serviços gerais e de secretaria.

No decorrer do 2º semestre, os cursos são dados aos sábados e em períodos noturnos. Nas férias de janeiro do próximo ano, voltam os cursos em período integral, sendo que o número mínimo de vagas é de 25 inscritos e o máximo, de 40.

A operacionalização do convênio é realizada por uma Comissão Central, formada por dois representantes da CENP, dois docentes da UNESP e pelo presidente do CEPE — Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e por um Grupo de Coordenadores de Áreas, composto por representantes das várias unidades e representantes da CENP.

Entrevista

ALBERTO CARVALHO DA SILVA

— presidente do Conselho Técnico
Administrativo da Fapesp —

Existe “casamento” enquanto houver recursos

Em 1969 o professor de Fisiologia Alberto Carvalho da Silva foi expulso da Universidade de São Paulo pela porta do Ato Institucional n.º 5. As Ciências Biológicas em particular perdiam um atuante estudioso mas a Ciência em geral começava a ganhar um criterioso administrador.

Daquele ano até 1980, Alberto Carvalho trabalhou como consultor da Fundação Ford. Justificado pela lei da anistia, pôde voltar para a Faculdade de Medicina da USP. Mas em 1983 voltou a atuar na administração de pesquisa, desta vez como vice-presidente executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, órgão subordinado à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.



José Roberto Ferreira

Ficou até agosto de 1984, quando foi convidado a assumir a presidência do Conselho Técnico Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — Fapesp —, entidade que recebe 0,5% da receita tributária do Estado.

Nesta entrevista, o professor Alberto Carvalho analisa a situação da pesquisa em seus mais variados aspectos: do baixo valor das bolsas de estudo e da falta de recursos para projetos à necessidade de uma política nacional que insira a ciência e a tecnologia nos planos de desenvolvimento, da maneira burocrática com que são administrados os órgãos de pesquisa ao caráter profissional do pesquisador.

Na reunião da SBPC, em Curitiba, surgiu uma acalorada discussão em torno de um possível “casamento” da comunidade científica com o governo federal. Qual o seu ponto de vista a respeito?

O que está havendo realmente é um bom entendimento, um bom diálogo desde abril do ano passado. Um diálogo tranqüilo, positivo, com o ministro da Ciência e Tecnologia, representantes das agências de financiamento de pesquisa e com o próprio presidente da República. Não é necessariamente um casamento, porque a aliança, o entendimento entre a comunidade científica e o governo vai bem enquanto existe convicção ou pelo menos enquanto existem resultados concretos. Mas, a partir do momento em que este diálogo não resulte em aumentos reais de verbas ou em liberação de recursos, o entendimento desaparece. O que existe hoje é uma sensação de que não há motivo nenhum para combate, para conflitos. Mas se isso não se traduzir na liberação de recursos...

Haverá o divórcio?

Ah, o divórcio é imediato. Eu acho que o uso da expressão casamento não foi feliz, o que existe é um bom diálogo.

E como está o relacionamento entre a Fapesp e o governo do Estado?

Está muito bom atualmente. Este governo foi muito benéfico para a Fapesp. Ele endossou a emenda Lessa e tem pago com uma regularidade absoluta as parcelas mensais da Fundação. No Plano Cruzado não fez qualquer

alteração no orçamento, enquanto muitos orçamentos tiveram reduções em função da transformação de cruzeiro em cruzado. Determinou o pagamento da diferença entre o ICM previsto e o realizado para o ano de 1985, que já vai ser incorporado no orçamento de 1987. Não estabeleceu qualquer restrição à atividade da Fundação, de modo que, este governo, nos foi muito favorável.

O incentivo à pesquisa vem aumentando? Há um aumento no número de bolsas de estudo?

No sistema federal — CNPq, Finep e Capes — houve uma diminuição relativa nos primeiros quatro anos da década e, em 1985, começou uma recuperação mas que ainda está muito longe dos valores de 1979 e 1980. Já a Fapesp vinha tendo um orçamento mais ou menos fixo em valores reais, desde 1975. Era um orçamento baixo porque correspondia a 0,5% da renda tributária do Estado, mas pago com dois anos de atraso. Por causa da inflação, não era então 0,5% mas ficava por volta de 0,15%. A partir de 1984 e 85, em função da emenda do deputado Fernando Lessa, a Fapesp passou a receber a sua dotação calculada em função do “anum custo”, quer dizer, a receber a dotação calculada sobre a estimativa do ICM para o ano. O orçamento subiu rapidamente, principalmente em 85 e 86 e isto permitiu uma grande expansão das atividades da Fundação, mas ainda assim bem inferior à demanda. A Fapesp, na realidade, está atendendo mais ou menos um décimo dos pós-graduandos do Estado, dois décimos são atendidos pelo CNPq e Capes e os outros não recebem bolsa de estu-

do. Está pagando bolsas de mestrado e doutorado mais altas que as das outras entidades nacionais, mas ainda não o suficiente para assegurar o trabalho dos pós-graduandos em tempo integral; está pagando bolsas no Exterior em níveis que não permitem uma situação confortável; está cortando freqüentemente os orçamentos dos projetos de pesquisa e o valor dos pedidos para organização de congressos científicos. Quer dizer, se a Fapesp tivesse um orçamento duas vezes maior ainda não lhe sobriam recursos, porque está atendendo essa demanda em valores abaixo do que seria desejado.

O que fazer para melhorar esse quadro?

Fundamentalmente é a decisão de investir mais, no caso federal e no estadual também. Eu acho que há dois estágios: um é o atual, a curto prazo, que é a decisão de investir mais porque o País apresenta uma demanda para um volume muito maior de recursos, sem mudança de orientação científica ou de estrutura. A estrutura científica do país necessita de salários mais altos para o pesquisador, maiores recursos para a manutenção das universidades, maior apoio aos serviços técnicos, maior compra de equipamentos, bolsas de estudo de valores mais altos em nível de pós-graduação no Exterior. Simplesmente aumentando recursos atende a uma demanda real. Há também necessidade de uma reformulação da política científica do país. E, em primeiro lugar, é preciso considerar que a formação dos re-





cursos humanos deve ser encarada de uma maneira mais objetiva, porque não se aumenta o número de pesquisadores qualificados, de repente. Isso demora de dez a quinze anos, conforme a área, o que requer um projeto de longa duração. Expandir somente a pesquisa básica sem criar condições para que se desenvolva fortemente a pesquisa aplicada, a pesquisa tecnológica e a incorporação dos resultados no setor produtivo ou então em pesquisas sociais também não é solução; o país pode ter um volume muito grande de pesquisas básicas mas só isso não assegura o desenvolvimento. Para utilizar, para incorporar os resultados da pesquisa no desenvolvimento é preciso criar uma política industrial, expandir o mercado interno para o consumo, desenvolver uma produção com qualidade para competir nos mercados internacionais, incorporar o conhecimento científico nas políticas sociais, e tudo isso é uma decisão política de longo prazo. Acho que é importante aumentar o investimento da ciência e tecnologia muito acima dos níveis atuais, que são da ordem de 0,6% do PIB, para 2%. Mas, se esse aumento não for acompanhado de providências para que ele produza resultados, não vai resolver grande coisa.

De qualquer maneira, o ponto de partida é a pesquisa básica. O país está investindo a contento no setor?

Muito pouco. É importante considerar o seguinte: investimento só em ciência fundamental não leva ao desenvolvimento industrial, é preciso investir nos dois.

Num projeto de pesquisa, o que a Fapesp leva em conta para dar os recursos?

A qualidade. A Fundação não introduz uma diretriz em seu funcionamento. Decide em função da qualidade dos projetos, sem prioridades por área do conhecimento ou instituição.

Pesquisadores de qual instituição são mais contemplados?

Da Universidade de São Paulo, captando mais ou menos 50% dos recursos. Depois vêm, pela ordem, docentes da Unicamp, UNESP, Federal de São Carlos, Paulista de Medicina, as faculdades particulares e os Institutos da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Agricultura...

Dos pedidos que chegam, quantos são atendidos?

Existe uma variação conforme o tipo, mas, em média, são atendidos setenta por cento dos pedidos de auxílio e de bolsas. Doutorado Um, ela atende praticamente todos.

O senhor acha que a qualidade dos pedidos, independente da aprovação, é compatível com as necessidades da Universidade e do país? O pesquisador está num nível de maturidade que se pode considerar bom?

Há excelentes pesquisadores no Estado de São Paulo, como há em outras regiões do Brasil. No Estado de São Paulo encontramos pesquisadores que comparam com os melhores

do mundo, quanto a isso não há dúvida, mas eles não representam necessariamente uma proporção muito alta. Há uma massa razoável que ainda está no seu estágio formativo. Temos ainda um grande número que não se realiza porque não consegue os recursos necessários, e temos um outro problema sério: o pesquisador, na universidade, adquire a sua estabilidade muito cedo. E a carreira de pesquisa é a do tipo em que o indivíduo deve entrar, ficar um ano, dois, três, se é bom fica, se não deve procurar outra. Mas, como os nossos se estabilizam muito cedo, ficam às vezes na carreira universitária sem que tenham nela um grande prazer. Isso faz com que a produtividade do pesquisador brasileiro não seja tão alta como poderia ser, embora a produção científica *per capita* — que é da ordem de um trabalho por ano — não seja tão baixa. Eu digo que se fossem dadas condições de trabalho e se houvesse uma melhor seleção no início da carreira, os pesquisadores do Estado de São Paulo e do Brasil poderiam ser muito mais produtivos.

O fato de a Fapesp financiar projetos somente de pesquisadores, individualmente, não causa bloqueios para que surjam projetos maiores, a nível de Departamentos, entre Departamentos de áreas afins ou até mesmo a nível de uma universidade?

Sim, bloqueia, e acho que está muito bem

“A administração dos institutos de pesquisa é burocrática”

observado. Esse é um tipo de auxílio de grande valor, desde que se identifique o Departamento certo. No caso interdisciplinar também é ótimo, excelente. Trata-se de um caso particular em que não adianta nada auxiliar um pesquisador só. Ocorre, por exemplo, com políticas sociais em geral, como no caso dos problemas sobre nutrição, que devem ser encarados pelo nutricionista, pelo médico epidemiologista, enfim por uma associação de várias disciplinas. A Fundação Ford, que tem um modelo que vai ao encontro dessas demandas, chegou a dar, entre 1970 e 1977, auxílios a Departamentos da ordem de setecentos mil dólares. Deu uma vez a Universidade do Chile dez milhões de dólares.

O Estado de São Paulo, pelos recursos de que dispõe e pelo nível das universidades que tem, não teria condições de fazer algo semelhante?

Esse é um problema um pouco do próprio sistema tributário do país: enquanto São Paulo contribui com quase cinquenta por cento do PIB nacional, seu orçamento é mais ou menos o décimo do da União, sem contar as estatais. Então, o que o Estado pode investir em ciência e tecnologia é muito pouco, e ainda assim seis por cento do orçamento vão para as três universidades, o que é um investimento apreciável. Contando os hospitais de ensino — que são cinco — e o pagamento do pessoal em tempo integral, vai para mais de dez por cento, em ciência e tecnologia. E isso não inclui a educação fundamental, que é extremamente importante, e o segundo grau.

Num quadro geral, quais são os pontos críticos da pesquisa em São Paulo? Se a Fapesp decidir, “vamos resolver os problemas da pesquisa no Estado”, quais os pontos que precisariam ser atacados?

A primeira coisa que precisaria haver é, naturalmente, a manutenção das instituições de pesquisa em melhores condições, isso fora bibliotecas, colônias de animais, manutenção e renovação de equipamentos, tudo isso. Segundo, uma administração diferente. A administração dos institutos de pesquisa é burocrática; obedece as mesmas normas burocráticas das repartições públicas.

O senhor inclui a universidade aí?

Inclusive a universidade. E isto é péssimo porque amarra as atividades do pesquisador. Às vezes ele tem todos os recursos para um determinado trabalho mas tem de ficar parado porque lhe falta um item de valor mínimo, simplesmente porque sua compra é demorada; o sistema de compras é lento ou às vezes porque não existe verba para aquele item específico. Então, a administração dos recursos deveria ser modificada, ficando nas mãos dos pesquisadores — e é por isso que a Fapesp não faz doações via instituições. Terceiro, não fazer as dotações anuais para os projetos, mas sim bi-anuais ou tri-anuais; quando se financia, deve ser a longo prazo. Quarto, não desagregar tanto os orçamentos, especificando tanto para isso, tanto para aquilo; imaginar o volume total de dinheiro e deixar nas mãos do pesquisador para que ele administre de acordo com o interesse do trabalho.

E quanto às responsabilidades do pesquisador?

Isso se refere à carreira. Primeira responsabilidade, não desfrutar e não lutar por medidas que são nocivas à atividade de pesquisa, como estabilidade precoce. Segundo, serem muito mais rígidos nos critérios de promoção da carreira universitária, deixando de transformar os concursos em quase formalidades; uma pessoa, às vezes, com uma condição científica muito pequena, chega tão depressa à condição de professor adjunto quanto outras que têm uma posição científica muito grande. Outro erro de pesquisadores nacionais é se amarrarem tanto num cargo numa determinada instituição, onde entram com 25, 26 anos e saem com 65; os laboratórios acabam ficando sem o acesso de idéias novas, de pessoas que vêm de outras regiões, de exposição a outros ambientes científicos. Teríamos ainda que considerar como culpa dos pesquisadores o fato de não serem tão produtivos quanto poderiam, perderem muito tempo em se organizarem em sociedades, em lutas por objetivos que não são necessários, não são o ideal para a atividade científica, ou seja, alguns deles não são profissionais em ciência. A atividade científica, hoje em dia, é uma atividade profissional à qual o indivíduo deve dedicar o máximo de seu tempo e de sua atenção. Estas são medidas que fariam os pesquisadores mais produtivos. Medidas para transformar esse Estado num centro comparado aos grandes centros científicos do mundo são maiores: é o desenvolvimento de uma economia que absorva muito mais a atividade científica e tecnológica do que a atual. O problema é de grau, de escala.

Reitoria elabora projeto "Computação UNESP"

Dotar a Universidade com recursos computacionais adequados às necessidades da pesquisa, ensino e administração.

Ou, numa palavra, introduzir a UNESP na era de informática. Esta é uma das principais metas da atual Reitoria e que está sendo traduzida na forma da elaboração de uma política de informática, voltada não só para o atendimento das necessidades do momento, vencendo as etapas que já poderiam ter sido cumpridas em anos anteriores, mas, principalmente, estabelecendo regras e critérios para que a evolução seja permanente.

"Desde o início da nossa gestão, sentimos uma dificuldade muito grande para administrar a Universidade através dos meios e instrumentos tradicionais", enfatiza o reitor Jorge Nagle. "Além disso — continua — é inconcebível, hoje em dia, que um aluno saia de um curso superior sem ter os conhecimentos básicos sobre computador — uma ferramenta com a qual vai ter de lidar quando estiver trabalhando —, e que um docente demore mais tempo para fazer uma pesquisa ou mesmo não possa realizar algum tipo de trabalho pelo fato de a Universidade não dispor de computadores".

A partir dessa avaliação, a Reitoria procurou inicialmente fazer com que as unidades da UNESP passassem a contar com uma estrutura mínima em processamento de dados, já que a maioria não dispunha de um único equipamento. No ano passado, a quase totalidade dos di-

retores apresentou suas solicitações e foram atendidos na compra de micros.

Já, então, com alguma estrutura, a Reitoria decidiu tomar as medidas necessárias para a elaboração de um projeto que contemplasse, numa só ação, a implantação de um sistema de computação na Universidade. Para isso, chamou uma das maiores autoridades na área, o professor Maximilian Emil Hehl (veja entrevista ao lado), para presidir uma comissão formada por seis docentes da UNESP afinados com questões de informática. (*)

A Comissão Especial de Informática, como foi batizada, percorreu, entre 10 de dezembro de 1985 e 2 de abril último, todas as unidades universitárias, reunindo com docentes e funcionários, conhecendo a situação e colhendo dados que permitissem a definição dos equipamentos necessários. Com base nas informações, foi elaborado o documento número dois do Plano Diretor de Informática (projeto Computação UNESP). O documento, com 267 páginas, analisa e propõe o dimensionamento do sistema, caracterizando os diferentes pólos computacionais a serem implantados segundo as demandas apresentadas por cada campus. São três diferentes tipos de pólos: **Núcleo de Processamento de Dados**, com equipamentos de pequeno porte, planejado para os campus de Araçatuba, Assis, Franca, Marília, São Paulo (IAP), São José dos Campos e Presidente Prudente; **Unidade de Processamento de Dados** (médio porte), para Araraquara, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboti-

José Roberto Ferreira



Os planos do reitor Jorge Nagle prevêem a implantação de pólos computacionais em todos os campus. Na reitoria já está sendo instalado o Centro de Computação e Informática (CCI)

cabal, Rio Claro e São José do Rio Preto, e **Centro de Processamento de Dados** (grande porte), para Botucatu. Na Reitoria, também como CPD, vai funcionar o Centro de Computação e Informática, órgão criado anteriormente e que estava formalmente instalado em Botucatu.

A Comissão prevê que o sistema estará implantado dentro de aproximadamente um ano (veja matéria à direita da página ao lado), com custos aproximados de Cz\$ 62 milhões para a compra de equipamentos. Na continuidade estão previstas duas expansões, uma dezoito e

outra 36 meses após a implantação inicial. Nesse período, todos os pólos poderão ser interligados em uma única rede.

(*) Flávio Abranches Pinheiro, do Departamento de Economia Rural da FCA-Botucatu; Salvador Saad, Departamento de Matemática da FE-Guaratinguetá; Jayme de Toledo Piza e Almeida Neto, Departamento de Bioestatística do IBBMA-Botucatu; Sebastião Pereira Martins, Departamento de Análise Numérica e Estatística do IBILCE-S. J. Rio Preto; João Sáhão Júnior, Departamento de Físico-química do IQ-Araraquara, e Maria Cecília Vechiato Saenz Carneiro, do Departamento de Estatística, Matemática Aplicada e Computacional do IGCE-Rio Claro.

A Informática e a Universidade

ODELAR LEITE LINHARES

O moderno computador, como se sabe, é uma máquina capaz de armazenar grande volume de informações, de processá-las com incrível rapidez e altíssima confiabilidade e de seguir, com cega obediência e incansável tenacidade, programa de ações (que entende e está apto a executar), previamente elaborado e guardado em sua memória, por mais extenso, tedioso e complexo que seja. Essas características, que o qualificam como escravo fiel e infatigável, que não discute ordens recebidas e não rejeita tarefas, por mais árdua, longa e cansativa que se lhe submeta, executando-as com rapidez e perfeição, o tornaram o instrumento mais universalmente empregado em apoio às atividades humanas. Na verdade, seria difícil identificar, hoje, setor de atividades em que o computador não se faça presente de maneira decisi-

va, quando não imprescindível. Tarefas cuja execução, há algumas décadas, não poderia sequer ser imaginada, dada a sua complexibilidade ou longa duração, são hoje realizadas em questão de segundos. O computador veio, assim, por um lado, libertar o homem do trabalho rotineiro e enfadonho, tornando-o disponível para tarefas mais nobres e, por outro, abrir-lhe perspectivas de abordar problemas cujo tratamento seria impossível, sem o auxílio dessas máquinas. Esses fatos projetam o computador como o fulcro propulsor do progresso e do desenvolvimento social, científico e tecnológico, em nossa época.

Os primeiros computadores, que começavam a surgir na década de 40, eram máquinas enormes, que ocupavam um vasto espaço físico, de reduzida capacidade de armazenamento e de processamento, que não dispunham de "software" que viabilizasse a fácil comunicação homem-máquina, programáveis que eram, apenas, em linguagem de baixo nível, as chamadas linguagens de máquina. Rapidamente, porém, foram-se tornando cada vez mais potentes em capacidade de armazenamento de informações e em velocidade de processamento, na proporção em que se faziam sempre mais reduzidas as suas dimensões, chegando finalmente aos microcomputadores. Concomitantemente, foram surgindo as linguagens de programação de alto nível como o FORTRAN, o COBOL, o BASIC, o ALGOL e outras, independentes da máquina, que banalizaram o interrelacionamento do homem com a máquina. Esses avanços tecnológicos, que ainda hoje prosseguem de maneira acelerada, praticamente univer-

salizaram o uso do computador, fazendo-o ferramenta indispensável de apoio às mais variadas atividades humanas, presente que se acha nos Bancos, nos Escritórios, na Indústria e Comércio, nos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, nas Universidades, Escolas, Hospitais, em Empresas Públicas e Privadas, Consultórios Médicos e Odontológicos, Fazendas, e finalmente, nos lares, como instrumento de lazer e passatempo. A Sociedade mais e mais se informatiza. A revolução da informática se processa em todo o mundo, de maneira crescente. A Universidade não pode permanecer alheia ao que se passa à sua volta, tem que integrar-se nesse processo de modernização de suas atividades, sob pena de, não o fazendo, renunciar ao seu papel de geradora de conhecimentos, de novas tecnologias e de formadora de pessoal qualificado, para um mercado de trabalho cada dia mais exigente e seletivo. É vexatória e decepcionante a situação em que se encontram muitas das universidades brasileiras, incapazes de oferecer aos seus estudantes ingressantes os recursos computacionais mínimos, de que muitos deles dispõem em seus lares.

As considerações acima vêm a propósito da louvável decisão da Reitoria da UNESP, na pessoa de seu Reitor, professor Jorge Nagle, de prover a Universidade de um sistema de computação integrado e de disseminar, por todos os seus "Campi", microcomputadores, em número suficiente, de modo a pôr à disposição de seus administradores, funcionários, docentes, pesquisadores e estudantes, esse moderno instrumento de apoio às atividades administrativas, de

ensino, de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade. Nós, da UNESP, que por tantos anos, nesse campo, nos restringimos às iniciativas isoladas de algumas de suas Unidades, teremos, finalmente, concretizado o nosso sonho. Entraremos na era da informática.

Então, veremos como se multiplicarão os nossos esforços, traduzindo-se em maior agilização das atividades administrativas, em maior e melhor produção científica, artística e cultural, em melhor formação de profissionais e maior eficiência às bibliotecas, que poderão automatizar-se. Principalmente, em relação à pesquisa, os progressos serão enormes, visto que o computador sempre facultará a abertura de novas áreas, a abordagem de novos problemas que, sem o seu auxílio, nunca poderiam ser considerados.

Finalmente, deve-se destacar que cabe à Universidade, primordialmente, a tarefa de formar especialistas para os diversos setores da Informática, para um mercado de trabalho ávido de profissionais competentes, principalmente agora, que o país dá passos decisivos na consolidação de nossa nascente indústria de computadores. É, pois, com bons olhos que vemos o interesse da Reitoria em prestigiar iniciativas de criação, o mais urgentemente possível, de Cursos de Bacharelado em Ciências de Computação, no âmbito da UNESP, Universidade que, até hoje, infelizmente, não marca presença nessa área.

O autor é docente do IBILCE — S.J. do Rio Preto

"Usuário será peça fundamental" PDI conta com dez fases

No início da década de 60, o matemático Maximilian Emil Hehl foi para os Estados Unidos cursar pós-graduação. Como a realização de seus estudos e trabalhos de pesquisa dependiam sobremaneira do computador, ele foi, aos poucos, se deixando seduzir pelo "cérebro eletrônico". A tal ponto que lá mesmo resolveu mudar os rumos de sua carreira científica. "Expliquei ao meu orientador que estava convencido da mudança e imediatamente comecei a trabalhar com computação", conta hoje o especialista em informática Maximilian Emil Hehl, professor no Departamento de Ciências da Computação e Estatística do Instituto de Ciências Matemáticas da USP (São Carlos).

Especialista principalmente em montar sistemas de computadores, prática que vem desenvolvendo desde sua volta ao Brasil, depois daquela estada nos EUA. O professor Maximilian integrou a equipe que instalou o primeiro computador científico no País, no antigo Instituto de Energia Atômica da USP, hoje Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Depois disso, montou outros treze sistemas, entre os quais os da USP, Fapesp, Universidade Federal de São Carlos, Cesp e Comissão Nacional de Atividades Espaciais.

O sistema de computação da UNESP é o décimo quinto na carreira do professor Maximilian e é este o assunto desta entrevista.

Como o senhor avalia a situação da UNESP hoje em termos de computadores?

Pelo levantamento que fizemos, constatamos que a UNESP tem falta de equipamentos computacionais de porte, com mais poder de processamento. De outra parte, durante as visitas que fizemos às unidades, observamos que os docentes estão bastante entusiasmados, motivados e aguardando uma definição bem rápida a respeito da implantação deste projeto de se equipar a Universidade com recursos computacionais adequados.

A implantação do sistema será feita através de uma forma homogênea entre as unidades. Isso significa que haverá também um procedimento único de trabalho entre todas; haverá uma rotina única para o conjunto da Universidade?

Na área administrativa em geral e na administração acadêmica em particular, sim. O mesmo ocorrerá com as bibliotecas, fazendas de ensino e pesquisa e outros setores da Universidade. Na parte de ensino, a nossa intenção é que sejam ministrados cursos básicos de computação para os alunos dos diversos níveis: graduação, pós-graduação, especialização, extensão universitária... E na parte de pesquisa não podemos dizer que haverá uma uniformização porque cada uma tem a sua particularidade; o que poderemos fazer é uniformizar os recursos com-

putacionais para os colocar à disposição dos pesquisadores. De qualquer maneira, os docentes poderão concluir suas pesquisas com maior rapidez e poderão também se lançar a alguns projetos que sem o computador são impossíveis de serem realizados. Mas no setor administrativo, muitas rotinas poderão ser padronizadas, como controle de patrimônio, almoxarifado, obras, manutenção de equipamentos, controle de matrícula de alunos, controle de notas. O mais importante disso tudo é que o computador facilita e agiliza as tomadas de decisão, auxiliando muito o administrador.

Normalmente, quando se fala em implantação de sistemas de computação, se pensa no risco de desemprego, na substituição de mão-de-obra etc. O que vai acontecer no caso da UNESP?

O risco de desemprego não existe. Nisto temos experiência. Realmente as pessoas ficam com medo, têm a impressão de que serão demitidas ou deixadas de lado. Mas a nossa idéia é que o usuário do computador seja reaproveitado. O computador vai acelerar o processo administrativo da instituição, reaproveitando-se o elemento humano para tarefas mais nobres.

Os docentes também precisam aprender a mexer com computador?

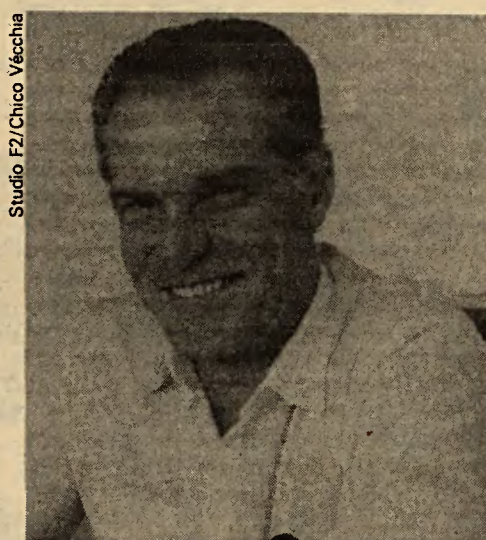
Há também a necessidade do docente se adaptar às novas ferramentas de trabalho. Ele precisará ter um treinamento na área de computação a ponto de possuir um conhecimento relativamente amplo para que possa transmitir aos seus alunos os desenvolvimentos didáticos e de pesquisas pensando em termos de computador.

De qualquer maneira, os pólos computacionais da UNESP estarão dotados de técnicos especializados?

A nossa intenção é definir, numa das próximas etapas do projeto, os organogramas funcionais dos pólos, de modo que eles sejam convenientemente adequados em termos de recursos humanos apropriados. Nisso se inclui analistas, programadores, digitadores e mesmo pessoal administrativo, necessários para o bom funcionamento do pólo computacional. Então, vamos, o mais breve possível, fazer recomendações ao professor Jorge Nagle no sentido de equipar esses pólos não só com equipamentos mas também com recursos humanos necessários e adequados.

O avanço da informática é bastante rápido. Como será o processo de informatização da UNESP para que se acompanhe esse avanço?

Para resolver esse problema, antes mesmo da implantação do sistema, já estamos pensando em termos de expansão futura dos recursos que entrarão em funcionamento inicialmente. Uma primeira expansão após 18 meses e outra após 36 meses da configuração inicial. Ou seja, o projeto "Computação UNESP" é dinâmico, requer um estudo continuado da situação que se estiver vivendo. E está



Prof. Maximilian: Projeto é dinâmico

dentro do Plano Diretor se interligar, futuramente, estes diversos equipamentos computacionais numa rede, de tal forma que nesse instante toda a Universidade estará integrada através de computadores.

Quais serão os critérios que determinarão as expansões?

A idéia é que se faça um estudo presente, que é o que acabamos de fazer e recomendamos ao Reitor, já prevendo-se duas expansões. Mas se trata apenas de uma previsão que deve ser reestudada no tempo devido a fim de que estes estudos sobre as expansões venham a se confirmar ou se alterar. Assim, se algum pólo computacional estiver subutilizando o equipamento instalado na fase inicial, esse equipamento poderá ser remanejado para outro pólo de maior demanda, ou então haverá retardamento na expansão. De outra parte, aqueles pólos que se aproveitarem bem dos equipamentos inicialmente instalados, que mostrarem uma efetiva utilização e um aumento da demanda gradativo, poderão receber maiores ou melhores parcelas por ocasião das expansões. O Plano Diretor de Informática é essencialmente dinâmico, periodicamente deve ser reestruturado e adequado às condições locais, às necessidades a mais ou a menos dos usuários.

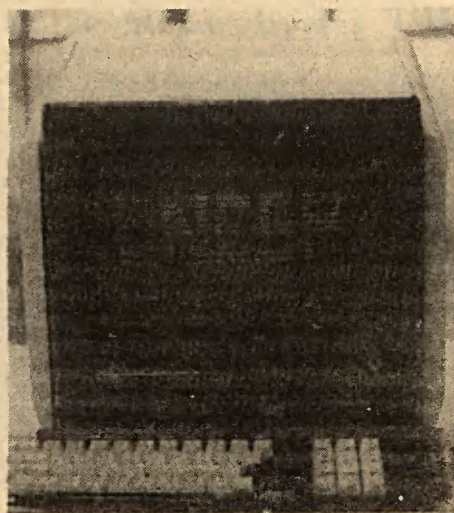
No início da entrevista o senhor disse que a UNESP está muito defasada em termos de computadores. Uma vez colocado em execução o Plano de Informática, a UNESP sai da defasagem e entra em que estágio?

Pretendemos colocar a UNESP no mesmo nível das demais universidades brasileiras, já que está muito defasada principalmente em relação a USP e UNICAMP. A nossa intenção é queimar etapas rapidamente e é bom ressaltar que o próprio usuário — professores, funcionários e alunos — terá de nos ajudar a colocar a UNESP num estágio avançado. O fato da Universidade possuir computadores não significa que esteja equiparada às demais; o pessoal envolvido vai ser uma peça fundamental. O que posso adiantar é que estamos bastante motivados e encontramos essa motivação também na parte da comunidade da UNESP.

Abranger todas as unidades universitárias de forma equalizada, sem margens para distorções ou privilégios. Esta é uma das principais características do Plano Diretor de Informática (PDI), acompanhada de outra de igual importância: todos os passos a serem dados até a implantação inicial do sistema foram milimetricamente calculados. Em ambos os casos, se contemplando sempre o conjunto da UNESP. E para atingir esse patamar de organização, a Comissão Especial de Informática dividiu o PDI em dez fases, começando do zero para chegar ao momento em que o sistema entrará em funcionamento.

O ponto de partida foi o que se chamou de "levantamento de dados qualitativos", ou seja, em que setores da Universidade o computador pode ser utilizado para fazer o quê. Reunidos no "documento nº 1" do Plano, esses dados — relacionados em dezoito páginas — indicam como o computador ajudaria desde a organização do período escolar até o controle das finanças das unidades. O momento que resultou no "documento nº 2", se ateve ao levantamento de dados quantitativos: dimensionamento dos recursos necessários, definição sobre o porte dos equipamentos e caracterização dos pólos computacionais. Foi para cumprir essa fase do PDI que a Comissão percorreu todas as unidades, chegando a conclusões como a que se refere ao campus de Presidente Prudente, por exemplo, onde aconselha que seja mantido o microcomputador Cobra 480, já instalado, "acrescentando-se um módulo de memória de 256 Kb, duas unidades de disco Winchester de 40 Mb cada e dois terminais inteligentes".

A próxima fase será da definição dos organogramas funcionais dos pólos, o que possibilitará o dimensionamento dos recursos humanos. Na fase cinco, estão elaboradas as propostas de fornecimento dos equipamentos; na seguinte, a Comissão fará a análise dessas propostas e definirá quais máquinas serão adquiridas. As fases sete e oito caminham juntas: celebração dos contratos de aquisição (compra definitiva, aluguel ou leasing) e manutenção; preparação dos pólos (salas, ar condicionado, instalações elétricas) e do pessoal técnico e usuários. A fase nove se relaciona à instalação dos equipamentos e a dez (final) ao início do funcionamento.



Simpósio e seminário no IGCE — Rio Claro

O Instituto de Geociências e Ciências Exatas — IGCE —, campus de Rio Claro, irá realizar no período de 26 a 29 de agosto o II Simpósio de Quantificação em Geociências, tendo como principal objetivo propiciar a troca de experiências entre profissionais e estudantes, a respeito da aplicação de modelos e técnicas quantitativas na área.

Este encontro se dará através da apresentação e debate de trabalhos em sessões de comunicação e mesas redondas. Além disso, profissionais especializados em quantificação em Geociências serão convidados para relatar suas experiências e também ministrar minicursos sobre assuntos de amplo interesse.

COMPUTAÇÃO

Ainda no IGCE, haverá de 4 a 6 de agosto, um seminário sobre Análise Regional: Aplicações Computacionais, destinado a graduados em Geografia e Ciências afins, onde se abordará assuntos como Computação Gráfica, Banco de Dados Espaciais, Análise Espacial e Micro Computadores, Aplicações Computacionais em Geografia, Economia e Demografia. As inscrições poderão ser feitas na Seção de Pós-graduação da Divisão Técnica Acadêmica do IGCE.

Jornadas de Farmácia e Odonto em Araraquara

Serão realizados neste mês duas tradicionais Jornadas no campus de Araraquara. Na Faculdade de Odontologia, no período de 13 a 18 de agosto, a 40ª Jornada Odontológica Internacional "Prof. Benedicto Egbert Corrêa de Toledo". Concomitantemente haverá o VI Encontro de ex-alunos desta unidade.

De 16 a 23 de agosto, na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, está programada a Jornada Farmacêutica "Prof. Gilberto Luiz Pozzetti", onde será homenageada a Profª Célia Cebrian Araújo Reis. Através de cursos, palestras e mesas redondas com temas livres, a jornada tem como objetivo o aprimoramento de acadêmicos e profissionais da área farmacêutica.

IPEA realiza curso

Está sendo realizado de 1 a 25 de agosto no Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais de Presidente Prudente — IPEA, o curso de extensão cultural "O SUPERVISOR DE ENSINO E A REVALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA", destinado aos Supervisores de Ensino da Divisão Regional de Ensino, num total de 30 horas-aula. O curso se constitui numa programação conjunta entre o IPEA, através do seu Departamento de Educação, e a DRE de Presidente Prudente, sendo ministrados pelos professores Guiomar Namó de Mello, Evaldo Amaro Vieira, Célia Pezzolo de Carvalho, Maria Amélia Nauffall e Celestino Alves Silva Junior.



Na fazenda Lageado existem conjuntos arquitetônicos característicos da época áurea do café.

FCA poderá montar museu do café

Aproveitar antigos prédios e equipamentos da fazenda Lageado e instalar um museu vivo do café. Este é o projeto da professora Inês Gontijo Antonini, do departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA), campus de Botucatu, com o objetivo de mostrar às novas gerações os aspectos que envolveram a cultura e a produção de café na região. A fazenda Lageado, onde está instalada a FCA, teve a maior parte de seus muros de cem anos dedicada ao cultivo do café e ainda conta com instalações, máquinas e documentos que ilustram os vários períodos por que passou.

O trabalho da professora Inês começou no final da década passada, através de consultas a livros contábeis, registros, escrituras e fotografias, além de entrevistas junto a antigos funcionários da fazenda. Da chegada do café a Botucatu, na década de 1870, até 1936, o Lageado foi uma propriedade particular. Adquirida pela União nesse ano, foi transformada em fazenda experimental pelo antigo Departamento Nacional do Café (hoje Instituto Brasileiro do Café), que, em 1972, cedeu a propriedade em regime de comodato ao governo do Estado para que fosse instalada a FCA.

Em função da própria natureza da Faculdade e da existência de 14 mil pés de café (na época áurea havia um milhão de

pés), as instalações e equipamentos originais ainda são utilizados no beneficiamento do grão. Ao lado disso, as escolas de Botucatu estão sempre interessadas em visitar o Lageado para mostrar a seus alunos as várias etapas do cultivo do café.

O objetivo da professora Inês, então, é organizar uma demanda que já existe de fato, criando formas e estruturas próprias, no caso o Museu do Café. "A máquina de beneficiamento foi construída em 1935 e ainda funciona normalmente", conta. Existem ainda os tanques para lavagem e separação dos grãos, os terreiros para secagem e a pedra que servia de moinho movido a tração animal. "Temos aqui a história da tecnologia rural, a história dos períodos do café e, o que é muito importante, a história das relações do trabalho no campo: no início da fazenda Lageado existia a escravidão e hoje temos o bóia-fria", explica a professora Inês. Na fazenda existem ainda seis colônias (com diferentes estilos arquitetônicos), hoje habitadas por funcionários da Faculdade.

Com o museu em funcionamento — para isso a idealizadora do projeto vai buscar recursos nas mais variadas fontes —, a idéia é organizar visitas de escolas e deixar a documentação existente (inclusive iconográfica) à disposição de pesquisadores.

Uma semana de ritmo e som no IAP

Com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Prefeitura do Município de São Paulo, o Departamento de Música do Instituto de Artes do Planalto — IAP, realizará de 24 a 29 de agosto, a "I SEMANA RITMO E SOM", promovida pelo curso de Teoria Geral da Música.

Idealizada e organizada pela professora Maria de Lourdes Sekeff, a Semana irá congrega os departamentos de Música, Educação e Comunicação e Expressão, com o objetivo de "divulgar a boa música e colaborar no desenvolvimento artístico de nossos jovens", afirma a professora. A programação constará de concertos (sinfônico e coral), recitais, palestras e encontros, a cargo de professores e alunos do IAP e de vários artistas e grupos especialmente convidados.

A abertura, no dia 24 (domingo), às 10 horas, será na Sala Cidade de São Paulo (Rua São Joaquim, 129), com a Orquestra Sinfônica Municipal sob a regência do maestro Júlio Medaglia, devendo os eventos se estenderem diariamente das 9 às 18 horas no Anfiteatro do IAP. No encerramento, dia 29 (sexta-feira), às 20 horas, se apresentarão o Quarteto de Cordas Cidade de São Paulo, o Grupo de Percussão do IAP e o Coral da UNESP.

Aconteceu nas unidades

• De 23 a 27 de junho, na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias — FCAV — Jaboticabal, o primeiro curso de Manejo Integrado de Pragas dos Citros, promovido pelo Departamento de Entomologia e Nematologia. As aulas foram divididas em uma parte teórica e uma parte prática, enfocando filosofia, princípios, conceitos, estratégias e táticas, tendo participado onze engenheiros agrônomos da rede de extensão da Secretaria da Agricultura, Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto e mais sete interessados, totalizando 18 alunos. Esse curso já faz parte dos serviços a serem prestados à comunidade pelo Centro de Manejo Integrado de Pragas — CEMIP, coordenado pelo professor Santin Gravena.

• De 17 a 25 de junho, no Instituto de Artes do Planalto — IAP — uma exposição do artesanato goiano Reinaldo Lazaro Leão, cujas peças vigorosas e expressivas, montadas a partir de ossos, sucata metálica, madeira e outros materiais naturais, apresentam grande variedade e originalidade, sendo definidas como uma "arte incomum" ou "arte apocalíptica".

• Ainda no IAP, no mês de julho, um curso de extensão universitária sobre a temática "Astrologia como Forma de Comunicação", a cargo do professor Raul Varela Martinez.

• De 7 a 12 de julho, na Escola Estadual de 2º grau Agrícola "José Bonifácio", campus de Jaboticabal, a VII SETA — Semana de Estudos e Tecnologia Agropecuária. Foram ministrados nove cursos com temas escolhidos pelos próprios alunos, objetivando uma complementação curricular. Os conferencistas vieram dos mais diversos órgãos e instituições de pesquisa do país.

• De 12 de abril a 21 de junho, no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — IBILCE — São José do Rio Preto, curso de extensão universitária sobre Língua Portuguesa (Análise Sintática), para alunos de Letras e Tradução. De março a abril, curso de Português Instrumental e Correspondência Comercial, para secretárias de empresas. Ambos pelo Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas.

Alunos de Rio Preto promovem colóquio

O Diretório Acadêmico "Filosofia" do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — IBILCE, S. José do Rio Preto, realizará, de 18 a 22 deste mês, o 13º Colóquio de Incentivo à Pesquisa (C.I.P.).

O evento visa incentivar o interesse pela pesquisa no meio estudantil e contribuir para o aprimoramento da formação do pesquisador nas diversas áreas do conhecimento.

Durante o colóquio, temas sobre "Instituições de Pesquisa: realidade e perspectiva" serão debatidos em mesas-redondas e conferências. Além disso haverá mini-cursos, exposição de painéis e comunicações científicas nas áreas de Humanas, Biológicas e Exatas.

Teses defendidas

• Hercidia Mara Facuri Coelho Lambert (FHDSS — Franca), "A construção da ordem burocrática Imperial: As eleições através dos relatórios do ministério do Império (1833-1899)", doutoramento, dia 3 de julho, na USP.

• Hygino Hugueros Domingues (IBILCE — S.J. Rio Preto), "Alguns fundamentos algébricos da combinatória", livre-docência, dias 11, 12 e 13 de julho, no IBILCE.

• Waldemar Donizete Bastos (IBILCE — S.J. Rio Preto), "Comportamento assintótico e distribuição assintótica de energia em sistemas fortemente propagativos", mestrado, dia 3 de julho, na UnB.

• José Roberto de Oliveira e Silva (FO — S.J. dos Campos), "Efeitos da N — (Pirrolidino — Metil) — Tetraciclina sobre o germe dentário do incisivo superior e sobre o sangue da preá", livre-docência, dias 24, 25 e 26 de junho, na FO.

• Maria do Carmo Longo Camargo Neves (FCF — Araraquara), "Participação aminérgica na resposta febril induzida por endotoxina bacteriana no coelho", doutorado, dia 28 de maio, na FCF.

• Yūkiyo Yashuda (FCF — Araraquara), "Análise do relaxamento intestinal produzido por animais simpato-miméticos", livre-docência, dias 23 e 24 de junho, na FCF.

• Leonardo Theodoro Bull (FCA — Botucatu), "Influência da relação K/(Ca Mag) do solo na produção de matéria seca e na absorção de Potássio por graminea e leguminosa forrageiras", doutorado, dia 18 de junho, na ESALQ.

Docentes em atividades

• O professor Wilson Mauricio Tadini do Departamento de Álgebra, Cálculo e Geometria do IBILCE — S.J. Rio Preto, através de seus trabalhos desenvolvidos na Teoria das Singularidades, que são considerados extremamente valiosos por estudiosos do Brasil e do exterior, mereceu citação em publicação soviética. Trata-se do livro "Singularities of Differentiable Maps" do pesquisador Wladimir Igorevich Arnol'd, publicado em 1985 na União Soviética. Através de permanente correspondência com pesquisadores estrangeiros, o professor Wilson recebeu recentemente um convite da Polônia para um estágio de três meses na Stefan Banach International Mathematical Center.

• A professora Deise Passeto Falcão, do Departamento de Ciências Biológicas da FCF — Araraquara, participou no mês de maio do 4º Simpósio Internacional sobre Yersinia (bactéria intestinal), em Melbourne, na Austrália. Sua viagem foi patrocinada pela FAPESP e CNPq, sendo a única representante do Brasil neste evento.

• A professora Alzira Lobo de Arruda Campos, do Departamento de História Social, Política e Economia da FHDSS — Franca, esteve durante o mês de julho em Portugal participando dos "Seminários de Verão", realizados na Universidade de Évora.

ESTANTE

UNESP publica texto inédito de Sartre

Uma conferência do filósofo francês Jean-Paul Sartre, proferida em setembro de 1960 na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (hoje ILCSE), vai ser publicada pela UNESP a título de edição comemorativa pelo seu décimo aniversário. Trata-se de um texto inédito e a publicação sairá em co-edição com a "Paz e Terra", (tiragem de três mil exemplares). O lançamento será neste mês.

"Sartre no Brasil — A Conferência de Araraquara" é o título do livro, que contará com a versão em francês (extraída de uma gravação) e português (tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes). A conferência teve como ponto de partida uma pergunta formulada pelo professor Fausto Castilho e trata de questões sobre ideologia existencialista e filosofia marxista.



Sartre (o quarto na mesa, ao lado de Simone de Beauvoir) em Araraquara

Marchando contra a corrente

O filósofo José Arthur Giannotti, professor cassado, e depois reintegrado, da USP e atual presidente do CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento —, acaba de publicar "A Universidade em ritmo de Barbárie" (Ed. Brasiliense, 113 págs. 45 cruzados). Giannotti pronunciou conferência considerada extremamente polêmica pelos participantes do Congresso de Reestruturação da UNESP, em Jaboticabal. Agora, nesta publicação, não só amplia e aprofunda os pontos defendidos naquela ocasião como os insere em um contorno muito mais amplo, que é o característico da nossa época, onde convivem de forma muito sutil a civilização e a barbárie. Repassa todos os grandes temas que são objeto de nosso debate universitário, apontando des-

vios e mazelas e não fugindo, em nenhum momento, de marchar na contracorrente. Cumpre destacar as distorções que aponta na carreira universitária, em que prevalecem o arrivismo e a busca de posições, aí se alinhando os "sábidos", de que a universidade é uma fábrica por excelência; as condições materiais e políticas para a viabilização do verdadeiro trabalho científico da universidade brasileira. E, principalmente, o já conhecido posicionamento do autor em favor do primado da competência sobre o falso igualitarismo ou "populismo" que norteiam o equacionamento do problema da representatividade dos três segmentos nos colegiados universitários. Enfim, são apresentadas reflexões de que no momento não nos podemos dispensar. (J.A.R. Andrade — ILCSE, Araraquara).

Vem aí a 9ª Bienal

Com um total de 653 expositores, instalados em duzentos estandes que ocupam uma área de 7.600 metros quadrados, será realizada de 21 a 31 de agosto a 9ª Bienal Internacional do Livro, no parque do Ibirapuera, em São Paulo. Considerado o maior evento cultural da América Latina, a Bienal, organizada pela Câmara Brasileira do Livro, irá colocar à disposição do consumidor cem mil títulos. Pela primeira vez, entre os vinte países participantes, estarão representantes da Nicarágua e Alemanha Ocidental.

O objetivo desta grande feira é dar oportunidade para que o maior número de pessoas tome conhecimento da produção editorial brasileira e estrangeira, além de favorecer o intercâmbio comercial entre editores e livreros. As editoras deixam para lançar suas melhores publicações do ano na Bienal, promovendo, através de sessões de autógrafos, o encontro entre leitores e autores.

Jornal completa um ano

Nesta edição o "Jornal da UNESP" está completando um ano de vida (em junho de 85 saiu o número zero, em caráter experimental). Ele veio para substituir o antigo "Informativo UNESP" que estava sendo publicado há três anos. Não se tratava, no entanto, de uma simples substituição. Estavam sendo mudadas a mentalidade acadêmica, a política universitária, o estilo administrativo, precisava-se mudar também o veículo, que serve ao mesmo tempo de transmissor e de registro histórico das alterações que começaram a se registrar na Universidade a partir de uma nova Reitoria.

A distância que existe entre um informativo e um jornal diz tudo.

Que o "Jornal da UNESP" é um órgão de comunicação da Reitoria isso sempre ficou claro. A questão — permanentemente colocada — é como fazer um jornal institucional sem se cair no institucionalismo, na linha oficialista, no diário oficial da Reitoria. Parece que estamos conseguindo. O "Jornal da UNESP" é um dos poucos jornais universitários que se abre para a discussão



de grandes temas da política universitária em seus diversos aspectos (vide entrevistas), que submete as decisões da Reitoria à análise de membros da comunidade (vide artigos de docentes) e que veicula abertamente as posições políticas da administração (vide editoriais).

Procura também — e para isso a participação de toda a comunidade é imprescindível — fazer com que a própria UNESP (com sua peculiaridade de unidades distribuídas por todo o Estado e distantes entre si) se conheça melhor, que todo unespiano tenha uma noção melhor do universo do qual ele faz parte. (José Roberto Ferreira)

LANÇAMENTOS DE DOCENTES

PISCICULTURA NOS TRÓPICOS (editora Manole, 52 páginas, 180 cruzados), de Newton Castagnole, docente do Departamento de Produção Animal da FCAV, campus de Jaboticabal. Recentemente publicado e ilustrado com fotos coloridas, o livro trata da arte de criar e multiplicar os peixes, sendo dividido em duas partes sequenciais. A primeira desenvolve um estudo básico sobre os peixes (ictiologia) e a outra um método aplicado, informando as técnicas de manejo em piscicultura, desde a construção de tanques até o melhoramento genético. Além de ser um livro-texto para estudantes é indicado para quem queira praticar piscicultura de maneira mais racional.

CURSO DE GREGO — PROPEDEUTICA (editora T.A. Queiroz — FAPESP, 314 páginas, 85 cruzados), de Daisi Malhadas e Maria Helena de Moura Neves, docentes do Departamento de Linguística do ILCSE, campus de Araraquara.

Com este livro, as autoras desenvolvem através de frases as lições do grego clássico, especialmente morfologia e sintaxe, selecionando os dados lingüísticos básicos para uma compreensão global da língua. Esses dados se distribuem em vinte e oito capítulos didáticos, acompanhados de um glossário de grego-português. Trata-se de uma boa opção para estudantes e professores de grego e também para iniciandos.

Capes avalia novos cursos de pós-graduação

Oito cursos de pós-graduação — num total de onze áreas de concentração — da UNESP, estão sendo avaliados pela Capes e poderão passar a receber recursos da entidade ainda neste ano. São cursos tidos como de nível "C" ou que ainda não receberam conceito da Capes mas "mostram potencialidade para evoluir se contarem com mais recursos", afirmou a professora Heloisa Helena Lobo, da Coordenadoria de Estudos e Fomentos (CEF), após se ter entrevistado com os coordenadores dos cursos nos dias 15 e 16 de julho, na Reitoria.

A CEF está fazendo a mesma coisa com outros 170 cursos de pós-graduação em todo o País e aproximadamente 130 deles deverão ser contemplados. No caso do UNESP, as áreas de concentração que despertaram aten-

ção da Capes são: Sociologia Rural e Urbana (ILCSE-Araraquara), Química Orgânica (IQ-Araraquara), História da América Latina Contemporânea (ILHP-Assis), Horticultura (FCA-Botucatu), Antropologia, Genética Animal e Humana e Anatomia (IBBMA-Botucatu), Transmissão e Conversão de Energia e Projetos e Materiais (FE-Guaratinguetá), Biologia Vegetal (IB-Rio Claro) e Genética (IBILCE-Rio Preto).

A professora Heloisa Lobo explicou que a Capes decidiu fazer entrevistas com cada coordenador por ser este um processo mais dinâmico e que "permite uma visão melhor da situação real dos cursos". E pelos depoimentos, a técnica da Capes disse que "deu para se ter uma boa idéia das dificuldades,

principalmente as relacionadas com despesas de capital". Ressaltou, no entanto, que essas dificuldades são comuns a todas as universidades, situação agravada pelos poucos recursos de que dispõem as agências de fomento à pesquisa.

A política atual da Capes é a de consolidar cursos através tanto da liberação de recursos como da concessão de bolsas de estudo. "As duas coisas caminham juntas no processo de consolidação", afirmou Heloisa Lobo.

ORÇAMENTO

A pós-graduação teve início no Brasil há trinta anos mas somente nesta década foi incluída no orçamento da União. Mesmo assim em caráter precário de 1981 a 1984, período

em que a Secretaria do Planejamento da Presidência da República destinava para o setor algumas fatias do excesso de arrecadação. Como os recursos não eram muitos, a política da Capes era a de reforçar os cursos comprovadamente competentes e eficientes, destinando uma parte menor de suas verbas (cerca de 20% para aqueles que estavam mais próximos de um nível desejável. Em 1985, o governo passou a incluir a pós-graduação regularmente no orçamento da União e neste ano a Capes está recebendo cerca de Cz\$ 180 milhões. Segundo Heloisa Lobo, para o ano que vem os recursos deverão ser maiores, não o necessário para atender todas as solicitações das universidades e dos institutos de pesquisa mas "o mínimo ideal para se promover avanços significativos na pós-graduação".

Os cursos de mestrado e doutorado da UNESP e suas avaliações

CAMPUS	U.U.	CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	NÍVEL	AVALIAÇÃO DA CAPES					
					1981		1982		1983/-84	
					M	D	M	D	M	D
Aracatuba	FO	Odontologia	Cirurgia e Traumat. Buco-Máximo-Facial*	MD	A		A		A	A
Araraquara	FO	Odontologia	Dentística Restauradora*	MD	A		A		A	SC
			Odontopediatria*	MD	A		A		A	A
	ILCSE	Letras	Linguística e Língua Portuguesa*	MD	B		B + B +		A	B +
			Semiótica em Estudos Literários	M	E		C		C	
		C. Sociais	Sociologia Rural e Urbana**	M					C +	
	IQ	Química	Química Inorgânica*	M	C		B		B	
			Química Analítica**	MD					R	R
			Físico-Química**	M					R	
Assis	ILHP	Letras	Filologia e Linguística Portuguesa*	MD	B		A		A	SC
			Teoria Literária e Lit. Comparada*	MD	B		A		A	SC
			Literaturas de Língua Portuguesa*	MD	B		A		A	SC
		História	História da Am. Lat. Contemporânea*	M	C		C		C	
Botucatu	FCA	Agronomia	Horticultura**	M			B-		C +	
			Energia na Agricultura*	MD					B	SC
			Proteção de Plantas	MD			NA		NA	
	FM	Medicina	Bases Gerais da Cirurgia*	MD	A	A	A	A	A	A
			F.C.M.: Metabolismo e Nutrição*	MD					B	B
			F.C.M.: Nefrologia*	MD					B	B
			F.C.M.: Cardiologia*	MD					B	B
	FMVZ	Med. Veterin.	Clínica*	MD					B-	B-
	IBBMA	C. Biológicas	Artropodologia**	MD					SC	SC
			Botânica	M					SC	SC
			Genética Animal e Humana**	MD					C-	D
			Anatomia**	MD					SC	SC
Franca	FHDSS	História	História da Am. Latina Colonial*	M	D		SC		B	
Guaratinguetá	FE	Eng. Mecânica	Transmissão e Conversão de Energia**	MD					SC	SC
			Projetos e Materiais**	MD					SC	SC
Jaboticabal	FCAV	Agronomia	Produção Vegetal*	MD	A		A		A	SC
			Melhoramento Genético Vegetal	M					NA	
		Zootecnia	Produção Animal*	MD	B		B +		B +	SC
			Melhoramento Genético Animal	M					NA	
Rio Claro	IB	C. Biológicas	Biologia Vegetal**	MD	D	D	C	C	C +	D
			Zoologia*	MD	C	C	B-	B-	B	B
	IGCE	Geografia	Organização do Espaço*	MD	A		A		A	SC
			Análise Ambiental	MD					NA	NA
		Geociências	Depósitos Estratiformes	MD					NA	NA
			Ensino da Matemática	M					SC	
		Matemática	Fundamentos da Matemática	M					E	
Rio Preto	IBILCE	C. Biológicas	Genética**	MD					C-	D
		Letras	Literatura Brasileira*	MD	C		C		A	NA
			Teoria da Literatura*	MD	C		C		A	NA



Professora Heloisa Helena Lobo.

Crítérios divergem

O primeiro curso de pós-graduação da UNESP ("Bases Gerais da Cirurgia e Cirurgia Experimental", da Faculdade de Medicina) foi implantado em 1974. Hoje, são 42 áreas de concentração em funcionamento, totalizando 42 cursos de mestrado e trinta de doutorado (veja o quadro). E a Capes auxilia 22 áreas de concentração, que neste ano receberam recursos de aproximadamente um milhão de cruzados (neste semestre será liberado outro tanto).

A liberação de recursos está vinculada à avaliação que a própria entidade faz do desempenho de cada área de concentração. Até 1982, a avaliação se dava ano a ano e a partir daí passou a ser a cada dois anos. O trabalho é realizado por um comitê de consultores da Capes (a entidade conta com um total de 1.200 consultores), que estabelece suas próprias regras e critérios para avaliação. Cada comitê funciona independentemente dos demais e da própria direção da Capes, que não interfere. De um modo geral, no entanto, são levados em conta dados como qualificação dos docentes, infraestrutura, dimensão das pesquisas, relação entre o número de orientandos por orientador, entre outros.

M: mestrado. D: doutorado.
SC: sem conceito (normalmente por se tratar de curso novo).
NA: não avaliado.
R: recomendado.

As letras significam:
A-recomendável, B-adequado,
C-suficiente, D-aceitável, E-precário.

*: já recebem recursos da Capes.

** : estão sendo avaliados.

(fontes: Capes/Secretaria Geral Runesp)